

ATA NÚMERO VINTE E OITO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2023 - REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

Aos dezasseis dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Maria Luísa Dias Gomes, Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e Cristina Maria Campos Guerra, Vereadores. -----
Secretariou a reunião Cristina Maria Almeida Flor, Técnica Superior. -----
Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas nove horas e trinta minutos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e os Chefes de Divisão Técnica Municipal e de Administração Geral. -----

O Senhor Presidente fez saber que na semana passada esteve presente como Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, numa iniciativa conjunta das Comunidades Intermunicipais da região centro do país, na Universidade da Catalunha no âmbito de um projeto de combate à desertificação dos territórios que está a ser desenvolvido por esse organismo e, uma vez que esse problema é transversal às nossas Comunidades, acharam por bem partilharem dessa experiência. -----

De seguida questionou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues se estará presente na 1.ª Gala Empresarial a realizar amanhã, dia 17 de novembro. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues pretendeu saber do que se trata a referida Gala, não obstante ainda não poder confirmar a sua presença. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote informou que na passada terça-feira, em representação do Município de Fornos de Algodres esteve em Lisboa, com o objetivo de receber, pela primeira vez, a Bandeira Verde Município ECOXXI 2023, acrescentando que tal galardão realça o compromisso do Município na sustentabilidade do concelho e numa estratégia ambiental assertiva. O Senhor Vereador agradeceu aos técnicos da Câmara Municipal, ao Senhor Engenheiro Bruno Costa e ao Senhor Presidente pela forma empenhada como lideraram este processo que nos valeu uma distinção que poucos Municípios conseguiram, e que é deveras importante para o concelho. -----

Em relação à questão da Gala Empresarial referiu que o objetivo é distinguir as empresas do concelho que melhores resultados apresentaram no ano transato em diversos parâmetros, de acordo com um estudo realizado

por uma entidade da área, a INFORMA, mediante a recolha dos dados que as empresas são obrigadas a reportar a diferentes entidades, nomeadamente a prestação de contas referente ao ano de 2022. -----

Uma vez que se celebra este mês o Dia Internacional do Empreendedorismo Feminino, optaram por incluir essa categoria apesar de não fazer parte desse estudo, no sentido de homenagear as mulheres que há mais tempo lideram empreendimentos no nosso concelho, a par da homenagem às empresas. A finalizar referiu que o objetivo é basicamente aproximar o Município dos empresários. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra questionou se a deslocação do Senhor Presidente no âmbito da CIMBSE se deveu única e exclusivamente para tratar de projetos relativos ao ambiente, tendo o Senhor Presidente esclarecido que para além da questão do ambiente foram ainda debatidas novas práticas de gestão dos Municípios, partilhadas experiências relativamente ao problema demográfico da área rural de Barcelona e, também, a adoção de medidas no sentido de reverter o problema da desertificação que também é transversal à nossa região. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra pretendeu saber se a atribuição da Bandeira Verde ao Município de Fornos de Algodres está relacionada com a qualidade ambiental. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote esclareceu que sim, mas não só, ou seja, é uma visão holística sobre o que é a sustentabilidade do Município, na medida em que os indicadores que mais contam são os ambientais, no entanto, há outro conjunto de indicadores que são também avaliados. O simples facto de pertencer a uma área protegida pode assegurar a atribuição da Bandeira Verde porque as obrigações a que estão sujeitos quase dão uma pontuação suficiente para a atribuição da Bandeira Verde, o que não é o caso do Município de Fornos de Algodres que terá de recuperar noutros itens, referiu. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra afirmou achar estranho e já o referiu por diversas vezes, que o Senhor Presidente e o Senhor Vereador tomem determinadas decisões e não as comuniquem às Senhoras Vereadoras da Oposição, lamentando que não lhes tivesse sido dado conhecimento da realização da Gala Empresarial a não ser através do convite, considerando ser uma falta de respeito pelo papel que desempenham, na medida em que também fazem parte do Órgão de Gestão. Disse ainda que, apesar de terem toda a legitimidade para tomar essas decisões e apesar de considerar esta ação meritória, têm a obrigatoriedade de as informar. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote esclareceu que inicialmente a realização desta ação não estava prevista para amanhã, dia 17 de novembro, considerando que faria todo o sentido que o Senhor Secretário de Estado do Turismo estivesse presente uma vez que faz parte do Ministério da Economia. No entanto, já depois da última reunião de câmara, o Senhor Secretário de Estado informou que estaria disponível para vir a Fornos de Algodres e participar na Gala caso esta fosse realizada amanhã, dia 17 de novembro, uma vez que nesse mesmo dia teria uma ação em Castelo Branco no período da tarde. Em função disso, decidiram ajustar a data da realização da Gala em função da agenda do Senhor Secretário de Estado. Entretanto, face ao atual contexto político nacional e com a demissão do Senhor Secretário de Estado da Economia, o Senhor Secretário de Estado do Turismo irá ficar com parte das tarefas que estavam adstritas ao anterior Secretário de Estado e, por isso, não poderá

comparecer. Mais disse que se tivessem esse conhecimento aquando da última reunião de câmara e tivessem já uma data definida teriam dado essa informação às Senhoras Vereadoras. -----

Relativamente ao estudo afirmou não ser conveniente trazê-lo à reunião de câmara dado conter dados das empresas que não deverão ser plasmados, mas fará chegar via email. -----

No seguimento da justificação do Senhor Vereador Alexandre Lote relativamente à Gala Empresarial, a Senhora Vereadora Cristina Guerra referiu que a alteração de datas lhe parece ser uma ação de pré-campanha eleitoral, tendo o Senhor Vereador discordado, até porque o Senhor Secretário de Estado não estará presente pelas razões apontadas. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra pretendeu saber se já chegaram a alguma conclusão relativamente ao regulamento para concessão de bolsas de estudo apresentado na última reunião de câmara. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que, de facto, há um erro que resultou das alterações no âmbito do espírito de cooperação que existiu na reunião de câmara em que foram realizadas algumas alterações ao documento apresentado. Contudo, prosseguiu, aquando do registo das alterações propostas, não verificou que nos documentos de habilitação, o atestado de residência não estava em concordância com a alteração efetuada e, deste modo, essa alteração terá de vir novamente a reunião de câmara de modo a harmonizar o documento. -

A Senhora Vereadora Cristina Guerra questionou acerca do ponto de situação do PDM (Plano Diretor Municipal), da Zona Industrial de Juncais. -----

O Senhor Presidente referiu que o cumprimento dessa meta, designadamente a adaptação do PDM em vigor às novas regras de classificação e qualificação do solo até 31 de dezembro de 2023, continua a ser um desafio para a maioria dos Municípios, prevendo-se que a Senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Maria Abrunhosa, prorrogue o prazo, uma vez que as Câmaras de menor dimensão, designadamente da região centro, manifestaram essa dificuldade. -----

Relativamente à Zona Industrial de Juncais informou que ainda ontem, dia 15 de novembro, esteve numa reunião com a Senhora Presidente da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), Isabel Damasceno, onde se discutiram algumas propostas apresentadas pela Comunidade Intermunicipal relativamente ao Quadro Comunitário 2030 uma vez que ainda não se encontra fechado, as quais não foram aceites pelo referido organismo, havendo necessidade de realizar nova reunião. A Senhora Presidente da CCDRC considerava que os valores inscritos pelos Municípios não eram exequíveis, contudo, o Senhor Presidente reforçou a ideia de que no próximo ano o Município de Fornos de Algodres se encontra em condições de concorrer ao aviso de abertura de concurso para a Zona Industrial de Juncais. O Senhor Engenheiro Paulo Santos está a acompanhar este processo, designadamente o processo da Recilead e assim que haja desenvolvimentos informarão as Senhoras Vereadoras, referiu. -----

O Senhor Presidente informou, ainda, que assim que o documento estiver fechado dará a conhecer os objetivos que o Município irá inscrever no Programa Operacional a implementar, acrescentando que as verbas duplicaram relativamente ao Quadro Comunitário anterior, no entanto, há um conjunto de regras que não aceitam relacionadas com a questão da eficiência energética, porque da forma como este processo está desenhado,

toma-se difícil de gerir por todos os Municípios e, assim sendo, as Comunidades Intermunicipais do centro ainda se encontram em negociação com as CCDR'S. -----

Proseguiu referindo que um dos grandes investimentos identificados para o Município de Fornos de Algodres é a Zona Industrial de Juncais, mas há outras áreas de igual modo importantes, nomeadamente o ciclo urbano da água para o qual é necessário um grande investimento, não só em Fornos de Algodres, mas também noutros Municípios com percas consideráveis de água. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra solicitou esclarecimentos detalhados acerca da Zona Industrial de Juncais, uma vez que foram feitos vários estudos que acarretaram investimento ao Município e o Estudo de Impacto Ambiental põe em causa o PDM (Plano Diretor Municipal). Por considerar que é um instrumento deveras importante para o desenvolvimento do concelho, apela à celeridade deste processo, até porque fazia parte das propostas eleitorais dos vários partidos políticos. -----

Relativamente ao ciclo da água e tendo em conta que algumas condutas são de amianto, mais pertinente se torna agir não só por causa das percas de água, mas também por uma questão de saúde pública. -----

O Senhor Presidente esclareceu que todos os avisos que saírem no próximo Quadro Comunitário referentes à gestão do saneamento e da água em baixo serão direcionados para as Associações de Municípios. Ainda relativamente a este assunto informou que foi criada uma Associação de Municípios da qual fazem parte Seia, Gouveia e Oliveira do Hospital que, em termos de Quadro Comunitário têm já instrumentos que lhes permite fazer investimentos, mas que originarão um aumento das tarifas da água. A finalizar exprimiu a opinião de que o Município de Fornos de Algodres terá de se associar a uma Associação de Municípios uma vez que a Associação de Municípios Cova da Beira da qual fazíamos parte pouco fez para resolver esta questão. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote afirmou que, em princípio esta decisão será tomada até ao primeiro trimestre de 2024, uma vez que os avisos vão começar a sair e os Municípios que não estejam agregados a uma associação não terão hipótese de fazer os investimentos necessários. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues começou por demonstrar o seu descontentamento pelo facto de não ser dado conhecimento às Senhoras Vereadoras da Oposição de certas e determinadas decisões. O Senhor Presidente ficou de informar qual a decisão que iriam tomar relativamente aos camiões do lixo, mas nunca o fez nem explicou quais os custos inerentes a qualquer uma das opções e, recentemente, foram confrontadas com a venda em hasta pública desses camiões. Mais disse corroborar com as palavras da Senhora Vereadora Cristina Guerra de que esta é uma prática comum e é um facto que, a maior parte das vezes, não lhes é dado conhecimento, acrescentando que fica mal, designadamente quando as questionam e elas afirmam não saberem porque não foram informadas. -----

Pretendeu saber o ponto de situação das obras do Mercado Municipal e da Escola de Figueiró da Granja, cujo prazo de conclusão está previsto até final de dezembro. A finalizar questionou, também, o ponto de situação do Bairro do Ténis, uma vez que duvida se é de facto o Município que vai executar esse projeto ou se vai haver uma venda ao Instituto da Habitação e, posteriormente, são feitas as obras para colocar à venda no mercado. ---

Relativamente à questão dos camiões do lixo o Senhor Presidente informou que não há possibilidade de reparação e, assim sendo, serão vendidos e o produto dessa venda reverterá para amortizar a dívida. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se estão a ponderar comprar um camião novo, tendo o Senhor Presidente referido que sem financiamento não é possível. -----

Relativamente às obras do Mercado Municipal e de acordo com o que lhe foi dito pelo empreiteiro, estarão concluídas até final do mês de dezembro esperando que o mesmo aconteça em relação à escola de Figueiró da Granja. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que a questão dos camiões do lixo seria mais fácil de resolver não fossem as condicionantes legais a que estão sujeitos resultantes da situação financeira em que se encontra o Município, ou seja, se quiserem comprar um camião terão de o pagar a pronto o que só é possível através de um financiamento. -----

Em resposta à questão colocada pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues relativamente ao Bairro do Ténis, o Senhor Vereador Alexandre Lote esclareceu que o projeto de execução foi elaborado pelo Município e a obra será financiada a 100% pelo IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) ao abrigo do 1.º Direito. Posteriormente e de acordo com as regras, os imóveis serão atribuídos para habitação social. Esclareceu ainda que o IHRU e alguns Municípios têm um programa direcionado para a classe média, designado de Programa de Arrendamento Acessível que visa promover o arrendamento a preços compatíveis com o rendimento das famílias, decorrente da medida de financiamento BEI. O primeiro organismo a adotar este mecanismo foi a CIMBSE por ação dos Senhores Presidentes de Câmara de Fornos de Algodres e Fundão. Os Municípios fazem as negociações para a aquisição dos imóveis, passam a titularidade para o IHRU para que este possa recorrer ao mercado acessível. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023 -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata propôs a sua aprovação. -----
No momento da votação da ata, a Senhora Vereadora Luísa Gomes ausentou-se da sala onde decorria a reunião, por não ter estado presente nessa reunião. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade dos presentes -----

2 - PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDAD - REGISTO INTERNO N.º 4294 -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal emitiu parecer sobre o pedido de constituição de compropriedade requerida por Mikhail Goncharov e Karolin Habermann, do prédio rústico, com a área de 2,9908ha, sito em

Mondego ou Catraia, União das Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão, concelho de Fornos de Algodres, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1395, na proporção de 1/2 para cada. De acordo com o estipulado nos números 1 e 2, do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho e posteriores alterações e com base no parecer técnico do Arquiteto Carlos Gomes, disse nada ter a opor à emissão de parecer favorável da pretensão dos requerentes, propondo que o presente parecer seja sujeito a apreciação e votação em reunião do Órgão Executivo. -----

Face ao exposto e em virtude de reunir critérios adequados propôs-se parecer favorável ao pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra afirmou votar favoravelmente nos exatos termos do parecer dos Serviços Técnicos. -----

A Câmara deliberou por unanimidade dar parecer favorável -----

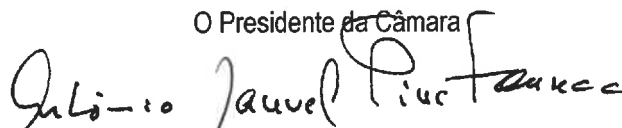
3 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

Não se tendo verificado a existência de público e não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

A Secretária



(Cristina Maria Almeida Flor)